

Pessoas em situação de rua

O que dizem sobre elas e o que mais poderiam dizer?

SUZANA ROZENDO BORTOLI

Doutora
Universidade de São Paulo
Brasil
suzanarozendo@usp.br



errância, que caracteriza a situação de rua, sempre esteve presente nas cidades, do mundo antigo às metrópoles atuais. Em todas as épocas, a situação de rua foi provocada por uma combinação de fatores: econômicos, políticos e sociais (Frangella, 2004). De acordo com Frangella (2004), a partir da Idade Média, os sujeitos que vivenciavam essa condição eram classificados como vagabundos, mendigos, migrantes, incapacitados e sem domicílio fixo. Maria Lucia Lopes da Silva (2009), baseada no pensamento de Marx e Engels sobre a cidade ocidental moderna – local de produção capitalista e exploração do trabalhador –, explica que o fenômeno da população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, quando os camponeses foram desapropriados de suas terras sem que as indústrias das cidades os absorvessem com a mesma amplitude. Isso acabou gerando um “*exército industrial de reserva*”.

Importante ressaltar que conceituamos aqui “*pessoas em situação de rua*” como aquelas despossuídas de um imóvel próprio, alugado ou emprestado; que utilizam o espaço público como abrigo eventualmente ou constantemente; homens e mulheres sem ou com frágeis vínculos familiares (de modo que nenhum parente aceite conviver com eles na mesma residência); que necessitam de assistência social ou ajuda de caridade para se alimentar, dormir e higie-

Pour citer cet article

Référence électronique

Suzana Rozendo Bortoli, « Pessoas em situação de rua. O que dizem sobre elas e o que mais poderiam dizer? », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournisme.org/rev>

nizar; que pernoitam em albergues, abrigos, hotéis, pensões, repúblicas ou casas de convivência; pessoas descomprometidas com os deveres do cidadão e desamparadas quanto aos seus direitos (Frazão, 2010); que, na rua, convivem com a indiferença, a discriminação e o desprezo; que conseguem passar despercebidas, mesmo estando bem visíveis (Tiene, 2004).

No Brasil, em 1808, esses atores sociais se tornaram um problema de saúde pública com a chegada da Coroa Portuguesa¹. Políticas de higienização dos espaços urbanos iriam estratificar esse grupo, inserindo-a em instituições especializadas, como orfanatos, hospícios, asilos de velhos e prisões (Costa, 1989).

No Rio de Janeiro hodierno, dos 16.461.173 de habitantes da capital (IBGE, 2014), 5.580 estão em situação de rua (Censo população de rua, 2013). O mundo acadêmico, há algum tempo, está atento a essa população e é possível encontrarmos trabalhos de bastante relevância na abordagem do fenômeno, a exemplo das teses de doutorado de Filho (2006): “*Degredados Filhos de Eva – População de Rua e a Economia da Miséria no Rio de Janeiro*”; Frangella (2004): “*Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*”; e Rosa (2012): “*Mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo – um olhar sobre trajetórias de vida*”. O mesmo acontece no caso do jornalismo, que retrata a população de rua tanto academicamente, quanto na prática. Frazão (2010), por exemplo, pesquisou sobre a invisibilidade do sujeito em situação de rua no discurso jornalístico; Silva (2007) tratou do discurso institucional e das identidades dessas pessoas; e Bortoli, Montipó e Ijuim (2014) criticaram os olhares midiáticos desviados para esse público durante a Copa do Mundo de 2014.

Mas, afinal, em se tratando de jornalismo, como as pessoas em situação de rua são representadas nos grandes meios de comunicação? Existem tendências e estereótipos que possam tracionar o rumo das notícias? A cobertura jornalística sobre esses atores sociais contribui para solucionar ou minimizar os problemas relacionados a eles? E, enfim, qual a opinião dos profissionais que lidam com população de rua sobre as notícias divulgadas pelo jornalismo?

Norteados por esses questionamentos, nosso objetivo principal, neste trabalho, é desvendar qual o posicionamento dos profissionais que lidam diretamente com esse público a respeito das notícias que têm como protagonistas homens ou mulheres adultos em situação de rua. Por meio da análise e exposição das narrativas dos entrevistados, buscamos trazer ao conhecimento do leitor a visão dos

profissionais envolvidos com tal clientela. Partindo da hipótese de que as notícias veiculadas na grande mídia sobre essa população desagradam os especialistas, nosso objetivo específico é mostrar o que poderia ser melhorado na cobertura de temas que envolvem esses personagens, conforme a opinião dos profissionais entrevistados.

METODOLOGIA

Como procedimentos metodológicos, realizamos, em 2013 e 2014, na cidade do Rio de Janeiro, entrevistas semiabertas com 14 profissionais de diferentes modalidades, tais como médicos, promotores de justiça, policiais, assistentes sociais, psicólogos etc. Grande parte desses profissionais foram selecionados em 2013, após nosso contato no curso de extensão “*Cotidiano da população em situação de rua: violação de direitos, políticas e metodologia de atendimento*”, promovido pelo Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com o Fórum de População em Situação de Rua.

Conforme Triviños (*apud* Manzini, 2004), o método, conhecido como entrevista semiestruturada (ou semiaberta), tem como característica questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Esses questionamentos dão frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. Além dessas hipóteses, para elaborar o roteiro de perguntas, levamos em consideração nossa experiência com esse público em pesquisas anteriores (o Trabalho de Conclusão de Curso *Droga de Rua – UFMS/2008* – e a dissertação de mestrado *Ocas*” e *Hecho en Buenos Aires: um outro tipo de jornalismo na América Latina? – UFSC/2012*), bem como as leituras feitas previamente sobre o assunto e que causaram diversas instigações. Os depoimentos, ao lado do levantamento bibliográfico, deram sustentação ao trabalho. Maria Immacolata Vassalo de Lopes (2005) lembra que a pesquisa bibliográfica, constituída por levantamentos, fichamentos e consultas é uma fonte secundária de dados, que fornece o roteiro intelectual percorrido por seu autor.

Como material de referência jornalística, utilizamos notícias aleatórias divulgadas nos jornais *online Extra* e *O Globo*, que foram amplamente citados pelos entrevistados. A Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1970) foi utilizada como referência para o estudo das notícias. Por se tratar de material escrito, a Análise de Conteúdo foi compreendida como a melhor técnica de interpretação dos relatos jornalísticos, por propor um exame minucioso de

cada denotativo e conotativo que podem produzir sentidos no texto.

A REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA NA VOZ DOS PROFISSIONAIS

Nesta seção, a voz dos profissionais será apresentada sob a forma de pequenos excertos selecionados a partir das entrevistas orais com os colaboradores da pesquisa.

Maria Lucia Santos Pereira, coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)², sem meias palavras, faz uma crítica direta à imprensa:

A imprensa é uma desgraça! A nossa mídia é muito vendida. Ela não apresenta o que realmente é fato, o que tá acontecendo. Ela diz que a população de rua é isso, é aquilo, é aquilo outro. Que é um bocado de marginal. (...) Sabe, eu fico muito p. da vida com isso porque isso me irrita muito. Eles não procuram ouvir os dois lados da história. Eles só olham um lado. E a sociedade termina sendo manipulada pela mídia. A mídia é manipulada e manipula e a sociedade vai na onda. Então, se a mídia diz que na população de rua tudo não presta e merece morrer, a sociedade toda vai dizer isso também. E quem é que compra a mídia? São os ricos empresários, que não querem ver a pobreza nas ruas. Então, isso me preocupa (M.L.S.P., Coord. do MNPR, 2013).

A militante gostaria de ver os meios de comunicação cobrando uma contagem da população em situação de rua de todo o Brasil, para, com esses dados, serem criadas novas políticas públicas. “A partir do momento que você não é contado dentro do IBGE, você não é reconhecido como uma pessoa que existe. E aí você não tem políticas públicas voltadas pra esse segmento” (MLS, Coord. do MNPR, 2013).

Rodrigo Acioli Moura é psicólogo, atua como colaborador do Conselho Regional de Psicologia e faz trabalho voluntário de distribuição de comida aos pobres juntamente com seu grupo religioso. De uns tempos para cá, no jornalismo diário, tem ouvido falar muito sobre população em situação de rua associada ao recolhimento (ou “acolhimento”, termo utilizado politicamente) e ao uso de crack. O psicólogo reflete que as notícias poderiam ampliar a discussão e não entregar uma “verdade” ao consumidor daquelas informações:

Eu acho que ela [a imprensa] erra quando a informação já chega de maneira que é uma forma de julgamento, eles já dão uma resposta fechada, é isso isso isso e acabou, sabe? Quando eles já chegam dando um diagnóstico fechado, eu já não gosto. Aí é que está, aí é uma conversa de uma pessoa só. Não existe a troca e a possibilidade da discussão (R.A.M, 2013).

Ele exemplifica mostrando o trabalho de dois jornalistas que tentaram retratar a vida nas ruas. Um, de um programa da Rede Globo e outro da Rede Bandeirantes. Na primeira emissora, o repórter passou uma noite na rua: “Existia um mecanismo de defesa ali, qualquer coisa, se alguma coisa errada acontecesse, ele tinha algo para ele” (R.A.M, 2013). Na segunda emissora, o jornalista estava mostrando as vivências nas ruas apenas com uma câmera na mão, o que lhe pareceu ser mais próximo do real: “ele foi pedir dinheiro, ele foi pedir comida, ele foi rejeitado” (R.A.M, 2013).

Tratamos do mesmo programa da Rede Globo mencionado por Moura no artigo “População de rua e cidadania: deslizos e acertos na cobertura midiática”, apresentado na IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, em 2013, em Curitiba. O referido episódio foi ao ar no *Globo Repórter* do dia 10 de maio de 2013, e explorou o tema “vida nas ruas” na cidade do Rio de Janeiro. O jornalista Pedro Bassan conversou com várias pessoas, comeu a mesma comida que elas, dormiu junto com um grupo na calçada de uma rua central do município do Rio de Janeiro. No site do programa, o título enobreceu a iniciativa: “Pedro Bassan dorme sob marquises e experimenta dificuldades de quem não tem quase nada”. O jornalista estava amparado por sua equipe de reportagem, que, de longe, filmava tudo o que acontecia. Outro ponto importante é que o local escolhido para a experiência foi privilegiado: ao lado do Tribunal da Justiça, em uma praça cercada por câmeras, sob a vigilância de um carro da polícia.

Para o psicólogo, esse jornalismo do tipo gonzo, pode contribuir para diminuir a barreira entre aqueles que possuem um teto para dormir e aqueles que não o possuem³. Rodrigo sugere que a mídia transmita “um olhar mais humano” nas matérias sobre população de rua. Se fosse jornalista, faria um levantamento e uma compilação das leis que tivessem a ver com essa demanda e mostraria em uma matéria de modo que eles compreendessem seus direitos à cidade, à saúde e à educação.

A psicóloga Julia Horta Nasser trabalha com população de rua desde 2005 e também colabora como voluntária. Desde 2011, nota a divulgação de notícias

sobre a epidemia do crack como justificativa para o recolhimento dessa população. Em relação à mídia e seu campo de atuação, opina enfática: “*Eu acho que a mídia a-tra-pa-lha, por reforçar esse imaginário social de quem é o morador de rua*” (J.H.N., 2013). Para ela, a imprensa precisa se empenhar em formar uma conscientização para a mudança dessa visão que a sociedade tem sobre a população em situação de rua e, para isso, é necessário, apenas, “*contar a história verdadeira*” (J.H.N., 2013). Além disso, a imprensa poderia ajudar pautando temas como os horrores que acontecem no Abrigo de Paciência⁴ e sobre as “*mães do crack*”, que perdem a guarda de seus filhos assim que dão à luz. Se fosse jornalista, falaria sobre as dificuldades de ser mãe e mulher na rua.

Raphael Varotto Ferrari é escrivão da Polícia Civil. Seu contato com a população de rua é quando eles são conduzidos à delegacia onde trabalha. Ele compartilha da opinião de Júlia: as notícias são tendenciosas e apresentam sempre o estereótipo de ter que remover essa população das ruas. Ferrari aponta que outra contribuição que a mídia poderia fazer é acompanhar as políticas públicas. “*Principalmente falando em relação ao Globo, que é o jornal que eu leio, não tem um acompanhamento, não tem um controle do que é o orçamentário*” (R.V.F., 2014). Se fosse jornalista, uma pauta que gostaria de abordar é a da falência dos órgãos que são criados para tratar desse público.

Renata Verônica Côrtes de Lira é advogada e desde 2011 tem contato com a população em situação de rua por meio do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro – MEPCT/RJ. Ela não gosta do que lê na Internet e nos jornais impressos e assume ser desfavorável com a linha editorial dos grandes veículos de imprensa em qualquer matéria relacionada a pessoas em situação de risco. “*São relatos com esse caráter punitivo, com esse caráter de exclusão, em geral eu não gosto, eu acho que eles são muito fascistas*” (R.V.C.L., 2014). Ela indica possíveis melhorias na cobertura jornalística: “*Eu acho que a imprensa poderia, primeiro, procurar as pessoas, primeiro, conversar. Bem, talvez não consiga efetivamente conversar com alguém em situação de rua por qualquer motivo, mas eu acho conversar com as pessoas que trabalham efetivamente com o tema, entendeu?*” (R.V.C.L., 2014). A advogada critica a “*preguiça*” do repórter na fase de apuração, mesmo reconhecendo o tempo acelerado das rotinas de produção da notícia: “*O jornalista, me desculpe dizer, ele sequer vai no Google. Ele quer tudo triturado. Falta trabalho de investigação, de averiguação, de aproximação.*” (R.V.C.L., 2014). Se pudesse, faria uma matéria sobre a possibilidade de se viver na rua: “*Demonstrar que existem pessoas que vivem, sim, na rua, que é possível viver*

na rua a partir do momento em que as pessoas não estigmatizem, não discriminem o modo de viver daquele outro” (R.V.C.L., 2014).

Carla Beatriz Nunes Maia é subcoordenadora do núcleo de Direitos Humanos da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro. Ela pensa que deveria existir uma imprensa mais independente: “*A imprensa generaliza muito e aí as pessoas ficam com a ideia deturpada em função do que ele vê na mídia*” (C.B.N.M., 2014). Sente falta de ver nos jornais as condições dos abrigos para onde essa parcela social é destinada quando é “*acolhida*” das ruas. Além disso, julga que quase não há informações de serviços e tratamentos gratuitos oferecidos pelo município a essa parcela social.

Clara Rafaela Prazeres Bragança é coordenadora do Núcleo e Defesa da Mulher Vítimas de Violência da Defensoria Pública e também tem um posicionamento desfavorável: “*a mídia informativa, ela tem um espaço muito pequeno, então, a gente fica realmente muito prejudicado por ter uma mídia que só se preocupa com interesses patrimoniais e não com interesses existenciais*” (C.R.P.B., 2014). Para ela, os veículos de comunicação não se interessam em divulgar notícias relacionadas à população de rua: “*O que dá ibope é mostrar a cara dele [do sujeito] e puxar o pescoço e mostrar bem a cara dele na televisão, isso dá ibope... é fazer novelas que discutam a vida no Leblon. Não dá ibope fazer uma novela falando de uma população de rua, discutindo essa causa*” (C.R.P.B., 2014).

Laila Oliveira Louzada, enfermeira do Consultório na Rua⁵, acompanha notícias sobre pessoas em situação de rua pela televisão e pelos jornais impressos diversos desde 2004, e percebe que as pessoas que vivem em vias públicas são sempre associadas ao crack, ao perigo e à vagabundagem. “*É essa a imagem que passa, que a ideia é de recolher mesmo, de tirar, de diminuir os riscos para a sociedade*” (L.O.L., 2014). Questionada como isso poderia ser melhorado, ela acredita que, primeiro é preciso reconhecer que a rua faz parte dessa sociedade. “*A questão é a gente conseguir lidar com ela de uma forma mais inclusiva, de enxergar como parte do nosso todo e não como algo distante*” (L.O.L., 2014). Mudando a formas de abordagem, Laila pensa que a mídia pode ajudar a mostrar esse público como não sendo “*alienígenas*” de nossa sociedade:

Primeiro, não respondendo a essa coisa da internação, do recolhimento compulsório, não sustentando ainda mais a violação dos direitos e não tratando a população de rua como marginais. Se conseguissem mostrar, por exemplo, que não é um público homogê-

neo, falar que é super heterogêneo, que tem várias situações, são situações singulares. Se a gente conseguir construir políticas e se conseguissem falar mais das pessoas e não do estereótipo... Não tirar uma foto da Cracolândia e filosofar em cima daquilo... Aquilo ali só da ibope, não produz nada. Eu acho que problematizar mais do que necessariamente chocar as pessoas, porque chocar por chocar não produz nada nas pessoas, você consegue estigmatizar e chocar mais (L.O.L., 2014).

Sebastian Conceição, enfermeiro do Consultório na Rua, repreende a divulgação constante de que o maior motivo para as pessoas estarem nas ruas é o uso abusivo de drogas: “Às vezes é violência que a pessoa sofre na casa dela, muitas das vezes é o tráfico de drogas no local que não quer mais que a pessoa fique naquele local” (S.C., 2014). Além disso, alega que a população de rua não tem voz na mídia. Para isso, precisa aparecer de formas alternativas, como no bloco de Carnaval “Pé na Rua”. “O morador de rua, ele compõe samba, ele pega no pandeiro, ele samba. O morador de rua é rainha de bateria, então, tudo eles fazem nesse bloco e esse bloco vai gritar a voz deles, uma voz que muitas das vezes é abafada e esquecida” (S.C., 2014).

Virgínia Lima dos Santos Levy é psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas do bairro Botafogo. Ela relata que, durante as gravações de uma série sobre o crack no programa *Profissão Repórter*, da *Rede Globo*, um de seus pacientes foi abordado na Cracolândia da Avenida Brasil pela equipe de produção. “E ele falou: quem disse que eu uso crack só porque eu estou aqui?”. E isso não foi ao ar, ele chegou aqui contando!” (V.L.S.L., 2014). Segundo Virgínia, nas mãos de um bom repórter, essa fala tinha virado matéria: “O rapaz trouxe uma coisa super nova. Um bom profissional poderia ter olhado o que ele falou e dizer: ‘opa, tem um negócio aqui diferente que eu não planejei, mas pode ter muita informação aqui que a gente nem imaginava” (V.L.S.L., 2014).

Apesar de desconhecer como funciona o processo de produção da notícia, a psicóloga deduz: “a minha impressão é que eles saem com um roteiro e aí eles buscam o que se encaixa naquela pauta. Talvez se eles tivessem só um tema e fossem recolher o que eles encontram do tema e, depois, montar com o que eles recolheram, talvez fosse mais rico” (V.L.S.L., 2014). Em sua opinião, o que a mídia veicula sobre população em situação de rua no Brasil atrapalha o seu trabalho como psicóloga: “Se dizem ‘tem que internar todo mundo’, uma pessoa que não quer ser internada, mas quer fazer tratamento, pode desistir de procurar tratamento” (V.L.S.L., 2014).

Márcio Santos Tavela Ramos trabalha como psicólogo com pacientes dependentes de drogas no Observa-

tório de Gestão e Informação sobre Drogas do Estado do Rio de Janeiro. Sobre as informações sobre a população de rua, prefere blogs à grande mídia. “Blogs me parecem-me mais cuidadosos, porque dá a impressão que a grande mídia, às vezes, escreve de uma forma preconceituosa mesmo, forçando mesmo um estereótipo, sabe?” (M.R.T.R., 2014). Em relação ao que os grandes meios de comunicação poderiam fazer de diferente do que fazem, ele propõe:

Acho que a mídia reflete um olhar preconceituoso para com um grupo heterogêneo, um grupo complexo de pessoas que estão nessa situação de rua. Mas a mídia precisa ser chamada à ética, precisa ser chamada ao olhar mais complexo, um olhar mais crítico, menos sensacionalista. Existe uma Política Pública Nacional para pessoa em situação de rua, e como é que uma Política Nacional não se implementa no município? A mídia poderia apontar essas incongruências (M.R.T.R., 2014).

Rogério Pacheco Alves é promotor de Justiça da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania. Em sua perspectiva: “A população de rua é um problema relatado sobre a ótica urbanística, de limpeza e de higienização, sob a ótica estética. Todas as matérias que falam sobre degradação de espaço público da cidade fazem menção, de alguma forma, a moradores de rua” (R.P.A., 2014). Segundo ele, é sempre o mais do mesmo: degradação dos espaços públicos, presença de população de rua, prática de crime, necessidade de solução da questão sob o viés criminal.

Especificamente sobre o que *O Globo* divulga sobre a preparação da cidade para os grandes eventos, o que demanda reformas na rede de transporte, saúde, hoteleira, nos estádios, o promotor afirma que esse veículo apoia o projeto de reestruturação da cidade, mas, ao mesmo tempo, “fecha os olhos” para as graves violações dos direitos humanos, por exemplo, quando famílias são removidas das favelas.

Isso acontece claramente no que diz respeito à população em situação de rua. Os jornais não têm um enfoque na violência que essas pessoas sofrem, na situação dos abrigos precários. As matérias são sempre relacionadas à necessidade de retirada dessas pessoas, mas sem um debate crítico e mais aprofundado sobre as demais políticas de saúde, educação, trabalho, renda, etc (R.P.A., 2014).

Jociane de Souza da Silva é doutora em Serviço Social e diretora da unidade de reinserção social Casa do Catete. Ela critica que a grande mídia não se preocupa em mostrar por que existe uma grande quantidade de populares de rua na zona sul, sobretudo em Copacabana e Ipanema. “Ela simplesmente fala, está ali como se a população de rua estivesse só atrapalhando, né?”

(J.S.S., 2014). A assistente social ajudou na coleta de dados sobre o Censo da População de Rua 2013 e disse que alguns veículos de comunicação acompanharam esse trabalho, apesar disso, não mostraram o porquê da realização daquele levantamento quantitativo nos diversos bairros do município. Além disso, estranhou a falta de interesse dos jornalistas em saber quem eram as pessoas que estavam sendo contadas.

Marcelo Antonio Cunha é médico sanitário e psiquiatra, autor do livro “No olho da rua”. Ele, em geral, discorda, radicalmente, da forma com que a mídia trata o assunto sobre população de rua:

Acho que ela é marginalizadora, ela aumenta o estigma, aumenta o preconceito e culpabiliza a vítima. E privilegia a ação inadequada e indevida do poder público, as políticas de pacificação das favelas, as operações do Choque de Ordem. E, na verdade, é o que a população quer. É como se a mídia criasse esse preconceito e, depois, justificasse a ação. Eu digo que é “pau na colmeia”. Imagine aquele monte de abelhas. Então, você vai e bate na colmeia com um pau, as abelhas vão sair daqui e vão para outro lugar; você não vai resolver o problema. Então, essas ações são muito pau na colmeia. Não resolvem o problema, elas só limpam a área, mas esse problema vai se deslocar para outro lugar (M.A.C., 2014).

O médico indaga por que a mídia não utiliza o potencial que tem para auxiliar na mudança de imagem da população em situação de rua: “Por que não mostram os talentos das pessoas? Por que não mostram as qualidades das pessoas de rua? E mostra só aquele que matou. A imprensa tem essa coisa que focar nos 10% dos aspectos negativos e esquecer dos outros 90% de aspectos positivos” (M.A.C., 2014).

A partir desses 14 depoimentos coletados, confirmamos a hipótese de que as notícias veiculadas na grande mídia sobre essa população desagradam os especialistas. A maioria dos entrevistados mencionou que as narrativas jornalísticas repassam uma imagem estereotipada das pessoas em situação de rua. Com base nisso, fizemos uma busca de termos relacionados à população de rua nos jornais *Extra* e *O Globo*, ambos na versão *online*, para visualizar esses estereótipos.

O QUE DIZEM AS NOTÍCIAS? A PRÁTICA E A TEORIA

Um levantamento aleatório de notícias que se referem à população de rua nos jornais *Extra* e *O Globo* nos mostram que, de fato, existe uma nítida associação entre morar na rua e ser usuário de

crack. A nota do jornal *O Globo* “Ordem Pública apreende 36 pedras de crack no Aterro do Flamengo” aponta que “de acordo com a polícia, a droga era utilizada por moradores de rua, que deixaram o local após a chegada da equipe de fiscalização”⁶. Ora, se as pessoas deixaram o local, como os policiais sabiam que elas moravam nas ruas? Afirmaram isso apenas com base na aparência física? Será que não residissem em casas e estavam ali apenas consumindo a droga? Uma pesquisa realizada na rede estadual de acolhimento no Rio de Janeiro mostrou que quase 80% dos usuários dependentes químicos de crack tinham casa e família⁷, entretanto, ficou evidente neste registro jornalístico a associação entre consumo de drogas e os desabrigados. Mesmo um leitor mais atento, dificilmente poderia questionar a veracidade desta informação, pois tal estereótipo já está bastante arraigado na nossa cultura.

Outra característica mapeada é a associação entre viver nas ruas e praticar crimes, como mostra já o primeiro parágrafo desta notícia:

A região da Lapa e Avenida Chile, no Centro do Rio, voltou a ser tomada por moradores de rua e usuários de drogas na manhã desta terça-feira, mesmo após uma operação da prefeitura ter recolhido 53 dependentes químicos durante a madrugada. Durante a ação, 42 adultos e 11 menores foram encaminhados para a 5ª DP. No entanto, somente dois usuários ficaram presos, pois contra eles havia mandados de prisão⁸.

Mais adiante, no mesmo texto, o repórter conduz o leitor a pensar que aquelas pessoas, possivelmente, cometiam assaltos:

Na manhã desta terça-feira, era possível ver grupos de pessoas em situação de rua na Lapa, ao lado da Escola de Música da UFRJ e na Rua Taylor, onde um deles mexia num smartphone. Na escadaria da Rua Visconde de Paranaguá, por onde, segundo relatos, bandidos costumam fugir após praticar assaltos em Santa Teresa, havia um pequeno acampamento de moradores de rua. Entretanto, a equipe de reportagem do Globo não flagrou nenhuma pessoa consumindo drogas no local.

O título dessa outra reportagem do jornal *Extra* é autoexplicativo: “População de rua e aumento de 123% nos assaltos a pedestres preocupa bairro Peixoto”⁹. Algumas notícias, conforme o depoimento de um dos entrevistados, vinculam a degradação dos espaços públicos com a existência de pessoas dormindo nesses locais e consumindo drogas¹⁰:

O início da matéria já denota o preconceito: “A Praça Virgílio de Melo Franco, no Centro do Rio, está abandonada. Sem conservação, o local passou a ser ponto de parada de moradores de rua e usuários de crack, segundo o leitor Leno Oliveira”. Importante mencionar que as fontes ouvidas para a reportagem foram: um leitor, a Comlurb (empresa de limpeza urbana) e a Secretaria de Desenvolvimento Social. Nenhum representante de Fórum, ONG ou movimento social da população em situação de rua teve “voz” nessa notícia.

Dantas (2007), Cunha (2008), Rozendo (2014) já mostraram diferentes perfis de pessoas em situação de rua que desmentem o estereótipo convencional propagados nessas notícias jornalísticas: nem todos são usuários de drogas, muitos têm casa e famílias, mas precisam dormir nas ruas porque a residência fica muito distante do trabalho; alguns são “fugitivos do tráfico” e foram expulsos de suas comunidades dominadas por traficantes de drogas. São situações diversas, como a da aeromoça brasileira que, sequestrada e sem apoio da família, ficou impossibilitada de trabalhar após sofrer um acidente aéreo nos Estados Unidos (Cunha, 2008).

Outro ponto que merece destaque é a ideia de ter que recolher e levar quem vive nas ruas para abrigos municipais. De 2010 a 2015, notas com conteúdos similares sobre essa prática foram exaustivamente publicadas: “*Choque de Ordem na Zona Sul acolhe 50 moradores de rua na madrugada*”¹¹ (26/05/2010); “*Choque de Ordem retira 109 moradores de rua na Zona Sul*”¹² (23/06/2010); “*Operação Choque de Ordem recolhe moradores de rua na Central do Brasil*”¹³ (04/11/2010); “*Choque de Ordem apreende mercadorias e recolhe moradores de rua na Glória*”¹⁴ (29/08/2010).

Essa breve seleção de notícias comprova a tese Frazão (2010): os fatos narrados pela imprensa sobre as pessoas que vivem nas ruas, em situação de precariedade e penúria, estão restritos quase somente às páginas policiais, onde elas perdem a essência ontológica e são apresentadas com uma imagem negativa (Frazão, 2010: 5). Isso se torna um grande problema se levarmos em conta o que afirma Canclini (2002), para quem a imprensa contribui para reproduzir a ordem social. Nas palavras do autor: “*Seus discursos têm uma função de mimese, de cumplicidade com as estruturas socioeconômicas e com os lugares comuns da cultura política. Mesmo quando registram manifestações de protesto e testemunham a desigualdade, editam as vozes dissidentes ou excluídas de maneira a preservar o status quo*” (Canclini, 2002: 11).

Na mesma linha de raciocínio, Silva (2007), utilizando técnicas de Linguística, sugere que o discurso

jornalístico contribui para naturalizar representações sociais com relação às identidades de pessoas que vivem em situação de rua, e isso reflete posições ideológicas em consonância com o poder local vigente.

Ao se reproduzirem notícias apenas com características e termos pejorativos em relação a homens e mulheres em situação de rua, para além de noticiar, os jornalistas reproduzem os preconceitos, que têm origem histórica. Essa preocupação é fundamentada no artigo “Imprensa e preconceito: o pensamento abissal nos meios de comunicação e a deslegitimação de grupos sociais”, de Jorge Ijuim (2013). O professor de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina condena este tipo de conduta que, além de esbarrar em códigos éticos da profissão, reforça a criação de estereótipos e a discriminação. Tal prática, segundo ele, não propicia a inclusão social. Pelo contrário, reforça a linha imaginária que separa “*o empresário que quer produzir riquezas e o indígena vadio e cachaceiro; os adeptos da tradição, da família e dos bons costumes da prostituta imoral; as pessoas de bem das pessoas em situação de rua; brasileiros de paraguaios*” (Ijuim, 2013: 9).

Se os profissionais que lidam com população de rua se posicionaram desfavoravelmente à mídia e se esse breve levantamento de notícias fundamentou suas críticas, resta-nos saber, agora, o que diriam os teóricos sobre esse tipo de cobertura jornalística que mantém o *status quo* e que naturaliza determinadas representações sociais?

O primeiro ponto que ressaltamos é que o jornalista deve conhecer e seguir o Código de Ética que rege a profissão. Porém, Karam (2014) demonstra incertezas sobre isso:

Que imagem o jornalista tem de si mesmo? Os jornalistas sabem que existem códigos? Sabem que os códigos falam em responsabilidade, liberdade de imprensa, independência, verdade e exatidão, imparcialidade e honestidade no jornalismo? E sabem que significam os conceitos que trafegam com essas palavras? E eles são iguais para todos? Revelam apreensão parcial da realidade? Possuem valores preliminares para seu entendimento? (Karam, 2014: 56).

A edição de abril/junho de 2013 da Revista de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) trouxe à tona a essencialidade do jornalismo, profissão que exerce um papel insubstituível em regimes democráticos. “O jornalismo expõe a corrupção, chama a atenção para a injustiça, cobra políticos e empresas por promessas e obrigações assumidas. Informa cidadãos e

consumidores, ajuda a organizar a opinião pública, explica temas complexos e esclarece divergências fundamentais” (R.j. Espm, 2013: 33). O papel do profissional da imprensa, como porta-voz e intérprete da verdade, é relatar a informação de forma contextualizada de modo que haja alguma repercussão pública.

O problema é quando essa informação contextualizada apresenta várias “verdades”. Para Motta (2008), o que existe são versões relativas de verdade:

A verdade democrática só pode ser alcançada por meio do pluralismo de versões que precisam ser confrontadas e negociadas. A verdade dos fatos é obtida por meio do pluralismo, um valor universal: todos os envolvidos precisam ser ouvidos e quanto mais pontos de vista alternativos, maior o pluralismo da cobertura. A mídia só se transformará em um espaço público democrático, representativo da pluralidade da sociedade, se as várias verdades e pontos de vista antagônicos forem simultânea e permanentemente tornados públicos e acessíveis (Motta, 2008: 37).

Se existem códigos a serem seguidos, fontes diversificadas para serem ouvidas, por que, então, observamos a reprodução do mesmo ao longo dos últimos anos? Karam (2014) nos dá pistas sobre os possíveis motivos:

E onde pode ser detectada alguma crise ética no jornalismo? De certa forma, ela está refletida nos comportamentos particulares da moral, está nos monopólios e oligopólios expressos pela propriedade dos meios. Está, ao mesmo tempo, no desleixo, preguiça e incompetência na apuração precisa dos fatos e em sua formulação no texto. (...) O problema ético está no simples fascínio pelo poder, fama e prestígio, sem levar em conta a responsabilidade que deve integrar a atividade. Está no impedimento do direito de resposta quando há evidentes equívocos ou má-fé na informação. Está na ausência da pluralidade das fontes, que reflita diversidade de acontecimentos e interpretações. (...) Está nos baixos salários que submetem os jornalistas a uma vida na qual é cada vez mais difícil o trabalho consciente e competente. Está na quantidade de pautas a serem transformadas em matérias, diariamente, o que compromete a qualidade informativa. Está na sonegação de informações de interesse geral por organismos públicos ou privados, ao tornarem exclusivo para si o que deve estar à disposição de todos. Está, mesmo, na ausência de informações (Karam, 2014: 75).

Ainda, segundo o autor, o jornalismo deve mostrar tudo aquilo que “humaniza” quanto aquilo que “desumaniza” o homem e, embora a cobertura jornalística que vimos sobre população em situação de rua não seja a mais adequada, é possível pensar em um futuro de novas abordagens. Para tanto, os profissionais entrevistados para este trabalho mostraram suas percepções de como é possível melhorar.

O QUE MAIS PODERIAM DIZER? AS PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS

Todos os entrevistados externaram descontentamento com o atual cenário midiático no que se refere a notícias relacionadas à população de rua. Eles não apenas discordam, como indicam ideias de como o jornalismo poderia fazer um melhor trabalho. Algumas percepções fundamentais podem ser agrupadas em categorias, descritas em dez tópicos:

Existe uma Política Nacional para a População em Situação de Rua (nº 7.053/2009) que ainda não foi implementada no Rio de Janeiro. Os jornalistas deveriam mencionar isso em suas reportagens e cobrar um parecer dos governantes. Também deveriam investigar por qual motivo a população de rua não é contada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As notícias não devem generalizar. Nem todos os desabrigados são usuários de drogas e praticam crimes.

O repórter não deve fazer deduções com base no que observa de longe. Ele precisa se lembrar que ele é um formador de opinião e, sem um bom trabalho de apuração, ele pode formar opiniões equivocadas. É necessário ouvir esses atores sociais, dar voz a quem está em contato direto com esse público e não apenas fontes oficiais do município ou moradores incomodados com a presença de sem-teto próximos de suas casas. Independentemente do tempo para publicação, estudar o assunto antes de divulgar também é primordial.

Um espaço midiático maior deveria ser dado à mulher em situação de rua, que tem suas peculiaridades e está mais vulnerável a violências. Muitas perdem a guarda dos filhos por não terem uma casa para morar, nem um parente ou amigo que possa acolhê-las.

Sair da redação com uma pauta é fundamental, mas o profissional da imprensa não deve se prender a isso. Se ele encontrar uma pessoa que não é usuária de drogas no meio de centenas de usuárias,

ele acaba de encontrar uma notícia muito importante e interessante.

A vida nas ruas é possível, levando-se em conta que as pessoas têm o direito à cidade e ao de livre circulação. Naturalizar isso, em vez de sempre “bater na tecla” de retirar as pessoas dos espaços públicos deveria ser mais relevante, tendo em vista que essa é uma realidade histórica. Um lar para todos os habitantes está longe de se efetivar em países em desenvolvimento.

Ao se noticiar sobre a prática do recolhimento das pessoas – e, muitas vezes, isso ocorre de forma coercitiva – a apuração deveria ir além e acompanhar por que, como e para onde essas pessoas são levadas, investigar quais as condições desses locais, quanto de orçamento público é destinado para esses atendimentos e quais serviços, de fato, são oferecidos.

As violações dos direitos humanos deveriam ser mencionadas em constatações de irregularidades nas abordagens, nos abrigos ou locais de passagem. Expor os problemas na mídia e acompanhar as resoluções do poder público é uma forma excelente de pressionar e gerar melhorias.

Divulgar, de forma inteligível, quais serviços de saúde, trabalho, educação, alimentação e higiene são oferecidos à população de rua, das esferas municipais, religiosas ou da sociedade civil, pode auxiliar tanto quem vive nas ruas e tem contato com a notícia, quanto quem não vive nas ruas, mas deseja repassar essas informações a alguém que precisa.

A população de rua não deve ser retratada como um problema urbanístico, mas, sim, fruto de estruturas sociais. Com esse viés, pode-se ajudar a diminuir os estereótipos de quem não tem onde morar.

A partir desses dez itens, percebemos que, no que se refere à prática jornalística sobre assuntos de vivências de rua, os anseios dos profissionais que lidam com desabrigados vai ao encontro do que dizem os teóricos da Comunicação sobre como o jornalismo deveria ser de modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De que vale uma nota de cinco linhas relatando o “acolhimento” de dezenas de pessoas de um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro sem complementar que o destino delas é um ambiente insalubre e que não oferece possibilidades de mudança de vida? Este trabalho indica que a mídia não apenas desperdiça

o poder que tem de transformar ou melhorar vidas, como também colabora para a propagação de preconceitos e estereótipos. Não queremos dizer que os meios de comunicação silenciam assuntos referentes à população de rua. As notícias são divulgadas com frequência. O problema é a forma com que são repassadas ao público: relatos sem aprofundamento, sem discussão, sem pluralidade de fontes, sem criticidade. Notamos então, que alguns jornalistas, principalmente aqueles que trabalham nos grandes meios de comunicação, mantêm-se afastados desta população, protegidos atrás de um fosso psicossocial materializado na distância entre os bloquinhos de papel e as pessoas que vivem nas ruas.

A partir do exposto neste trabalho, percebemos que o olhar dos profissionais que lidam cotidianamente com as pessoas em situação de rua diverge daqueles estereótipos pejorativos difundidos pela mídia, pois todos discordaram com a forma com que o jornalismo cobre assuntos relacionados a essa clientela.

Trata-se de um tipo de jornalismo, que além de reproduzir o senso comum, leva a criação de outros instrumentos de divulgação, como os *street papers*, por exemplo, que são jornais e revistas vendidos por pessoas em situação de risco do mundo todo e proporcionam a elas mais que geração de renda, oferecem um espaço de convivência e de interação social. São publicações que beneficiam a desconstrução das imagens preconcebidas, que atribuem aos desabrigados de todo o mundo e, ao divulgarem acultura marginalizada por outro viés, possibilitam que a sociedade tenha contato com a situação de rua por outros ângulos e entenda a complexidade dos grupos que não têm um lar. Em geral, apresentam um engajamento em transformar realidades e quebrar paradigmas (Rozendo, 2012).

Outra possibilidade alternativa ao tipo de mídia “pau na colmeia” são páginas de redes sociais, a exemplo da *Rio Invisível*, que faz “*um exercício diário de enxergar a vida pelas ruas da cidade, redirecionar o olhar para os que estão ali*”. Essa página, inspirada na *São Paulo Invisível*, apresenta relatos jornalísticos e fotos de pessoas que vivem nas ruas do Rio de Janeiro. As histórias dos anônimos, que não são contadas nos grandes jornais, atraem a atenção do público. Em um ano, a *Rio Invisível* alcançou quase 90 mil curtidas no *Facebook*. Ou seja, quase 90 mil pessoas optaram por ver algo diferente do mesmo.

Soumission de l'article : 13/10/2015

Acceptation : 17/05/2016

NOTAS

¹ Segundo Herbert José de Souza (1991), ator social é um indivíduo ou grupo que representa algo para a sociedade.

² O MNPR surgiu em 2004, após a barbárie conhecida como chacina da Praça da Sé, em São Paulo. O episódio vitimou fatalmente sete pessoas e foi seguido de outros atos semelhantes em vários pontos do País. O MNPR tem como objetivo repudiar o preconceito, a discriminação e as violações dos direitos humanos (Movimento nacional da população de rua, 2010).

³ O jornalista Hunter S. Thompson é considerado o pioneiro do jornalismo gonzo, narrativa na qual o repórter se insere no ambiente a ser retratado e, para isso, deixa de lado alguns códigos deontológicos da profissão.

⁴ Trata-se do abrigo municipal Rio Acolhedor, mais conhecido como Abrigo de Paciência, que fica na Zona Oeste do Rio de Janeiro. É para lá que são levadas as pessoas que dormem em locais públicos e que são abordadas por agentes da Secretaria de Ordem Pública e/ou de Desenvolvimento Social. O local é alvo de várias denúncias do Ministério Público em relação à infestação de percevejo nos colchões, estruturas precárias, insalubridade, entre outras.

⁵ Equipes de saúde móveis que prestam atenção integral à saúde da população em situação de rua, considerando suas diferentes necessidades de saúde, e trabalham com usuários de álcool, crack e outras. Essas equipes possuem profissionais de várias formações que atuam de forma itinerante nas ruas desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde, CAPS, Serviços de Urgência e Emergência e outros pontos de atenção. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/consultorio-na-rua.html> >, acesso em 3 nov. 2014.

⁶ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ordem-publica-apreende-36-pedras-de-crack-no-aterro-do-flamengo-13096815>>, acesso em 27 set. 2015.

⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/pesquisa-diz-que-79-dos-usuarios-de-crack-do-rj-nao-moram-nas-ruas.html>>, acesso em 13 out. 2015.

⁸ Disponível em: < >, acesso em 27 set. 2015.

⁹ Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/populacao-de-rua-aumento-de-123-nos-assaltos-pedestres-preocupa-no-bairro-peixoto-13899739.html>>, acesso em 27 set. 2015.

¹⁰ Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/eu-reporter/praca-no-centro-do-rio-esta-suja-ocupada-por-moradores-de-rua-12129250#ixzz3gUTvd5m7> >, acesso em 27 set. 2015.

¹¹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-na-zona-sul-acolhe-50-moradores-de-rua-na-madrigada-3003106#ixzz3hzjIxYGH>>, acesso em 9 ago. 2015.

¹² Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-retira-109-moradores-de-rua-na-zona-sul-2989914#ixzz3hzjMECuF>>, acesso em 9 ago. 2015.

¹³ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/operacao-choque-de-ordem-recolhe-moradores-de-rua-na-central-do-brasil-2930652#ixzz3hzjQ1NdL>>, acesso em 9 ago. 2015.

¹⁴ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/choque-de-ordem-apreende-mercadorias-recolhe-moradores-de-rua-na-gloria-2959459#ixzz3hzjYnW5V>>, acesso em 9 ago. 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, R. P., 10 jan. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Bardin, L., 1970, “Análise de Conteúdo”, Lisboa, Edições 70.
- Bortoli, S. R., Montipó, C., Ijuim, J. K., 2014, “Invisibilidade mediada na Copa do Mundo de 2014: Pessoas em situação de rua, olhares desviados, mídia atenta à cidadania?”, *Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC), vol. 11, pp. 367-378.
- Bragança, C. R. P., 30 jan. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Canclini, N. G., 2002, “Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação”, *Opin. Pública*, Campinas, Maio, vol. 8, no 1, <http://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14873.pdf>, acesso em 26 maio 2016.
- Conceição, S., 4 fev. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Costa, J., 1989, “Ordem médica e norma familiar”, Rio de Janeiro, Graal.
- Cunha, M. A., 28 jan. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Cunha, M. A., 2008, “No olho da rua”, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Dantas, M., 2007, *Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios*, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz.
- Ferrari, R. V., 30 dez. 2013, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Filho, D. S. e S., 2006, *Degredados Filhos de Eva – População de Rua e a Economia da Miséria no Rio de Janeiro*, Tese de doutorado, Brasil, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ.
- Frangella, S., 2004, *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*, Tese de doutorado em ciências social – Programa de Pós-graduação em Ciências Social, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- Frazão, T. C. J., 2010, *O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico*, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Brasília, Universidade de Brasília.
- Souza, H. J., 1991, “Como se faz análise de conjuntura”, Petrópolis, Vozes.
- Ijuim, J., 2013, “Imprensa e preconceito: ‘O pensamento abissal nos meios de comunicação e a deslegitimação de grupos sociais’”, *Revista Estudos de Jornalismo*, vol. 2, pp. 48-60.
- Karam, F. J. C., 2014, *Jornalismo, ética e liberdade*, São Paulo, Summus.
- Levy, V. L. S., 13 jan. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Lira, R. V. C., 12 fev. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Lopes, M. I. V., 2005, *Pesquisa em Comunicação*, São Paulo, Edições Loyola.
- Louzada, L. O., 2 fev. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Maia, C. B. N., 23 jan. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Manzini, E. J., 2004, “Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros”, *Anais ... Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos*, 2, Bauru.
- Motta, L. G., 2008, “Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano”, in Christofoletti, R., Motta, L. G. (Eds.), *Observatórios de mídia: olhares da cidadania*, São Paulo, Paulus, pp. 19-38.
- Moura, R. A., 10 dez. 2013, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Movimento Nacional Da População De Rua, 2010, “Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua”, Brasília.
- Nasser, J. H., 10 dez. 2013, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Pereira, M. L. S., 21 jun. 2013, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Ramos, M. S. T., 27 jan. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Revista De Jornalismo Espm, 2013, *Edição brasileira da Columbia Journalism Review, Edição especial de aniversário*, Abr./Maio/Jun., no 5.
- Rosa, A. S., 2012, *Mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo: um olhar sobre trajetórias de vida*, Tese de doutorado – Escola Paulista de Enfermagem, São Paulo, Universidade Federal de São Paulo.
- Rozendo, S., 2012, *Ocas e Hecho en Buenos Aires: um outro tipo de jornalismo na América Latina?*, Dissertação de mestrado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Rozendo, S., 2014, “Diferentes na metrópole: experiências cotidianas de mulheres adultas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro”, *Anais 7º Congresso de Estudantes de Pós-graduação em Comunicação*, Rio de Janeiro, CONECO.
- Silva, D. E. G., 2007, “Discurso institucional e identidades de moradores de rua”, *Programação e Resumos do II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso SIACD e VII ENIL*, São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), vol. 1, pp. 49-49.
- Silva, J. de S., 25 mar. 2014, Rio de Janeiro, Entrevista concedida à autora.
- Silva, M. L. L., 2009, *Trabalho e população em situações de rua no Brasil*, São Paulo, Cortez.
- Tiene, I., 2004, *Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais*, Campinas, SP, Editora Alínea.

Sites consultados

- <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj>
<http://www.rio.rj.gov.br/web/smds/exibeconteudo?id=4607334>



Pt. Algumas pesquisas indicam que a população de rua do mundo todo tem crescido nos últimos anos. Apenas na cidade do Rio de Janeiro há cerca de seis mil cidadãos vivendo nas referidas condições. Desde a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, no século XIX, essas pessoas passaram a ser vistas como um problema de saúde pública. E, nos dias atuais, é comum ver a questão retratada pela mídia, sobretudo sob a ótica criminológica. Diante disso, interessa-nos saber qual a opinião dos profissionais que lidam com população de rua sobre as notícias divulgadas pelo jornalismo sobre tal clientela. Pretendeu-se, também, por meio do olhar dos entrevistados, mostrar o que poderia ser melhorado na cobertura jornalística desses temas. Parte-se da hipótese de que as notícias veiculadas sobre essa população desagradam os profissionais entrevistados. Como procedimentos metodológicos, foram realizadas entrevistas semibertas com 14 profissionais de diferentes modalidades. Ademais, foram usadas notícias *online* dos jornais *Extra* e *O Globo*, como forma de análise do ponto de vista jornalístico. Após a análise do material empírico, constatou-se que alguns meios de comunicação repassam ao público relatos sem aprofundamento, sem discussão, sem pluralidade de fontes e sem criticidade. Tal forma de jornalismo acaba levando a criação de outros instrumentos alternativos de divulgação, como algumas iniciativas de redes sociais ou os *street papers*, por exemplo, que são jornais e revistas vendidos por pessoas em situação de risco do mundo todo. Verificou-se, também, que os profissionais que lidam cotidianamente com as pessoas em situação de rua discordam dos estereótipos pejorativos difundidos pela grande mídia e, concomitantemente, apontam caminhos para a melhoria de cobertura midiática relacionadas a esses temas.

Palavras-chaves: pessoas em situação de rua, profissionais, jornalismo, notícias, Rio de Janeiro

En. Research indicates that the number of people living in the streets across the globe has increased in recent years. About six thousand citizens live in these conditions in Rio de Janeiro alone. Since the arrival of the Portuguese Court in Brazil in the nineteenth century, street people have been considered a public health issue. Today, it is common to see the media address the issue from a criminological perspective. We wanted to hear how professionals who deal with homeless people feel about how this news is presented. And through the eyes of these respondents, we wanted to highlight what could be improved in the coverage of poverty. We started from the assumption that the disseminated news displeased these professionals. Semi-open interviews were conducted with 14 professionals from different media. In addition, online news from the *Extra* and *O Globo* newspapers was analyzed to ascertain journalistic point of view. After analyzing the empirical evidence, we determined that some media convey news to the public that lacks depth, is without discussion, lacks multiple sources and is uncritical. This form of journalism encourages the creation of alternative news dissemination tools, such as social networking initiatives, for example, or street newspapers that are sold by people at risk around the world. We also confirmed that professionals who deal on a daily basis with people living on the streets disagree with the negative stereotypes disseminated by the media and suggest ways to improve media coverage of these subjects.

Keywords: street people, professional, journalism, news, Rio de Janeiro.

Fr. Certaines recherches indiquent que la population de la rue à travers le monde a augmenté ces dernières années. Dans la seule ville de Rio de Janeiro, environ six mille citoyens vivent dans ces conditions. Depuis l'arrivée de la Cour portugaise au Brésil au XIXe siècle, les gens de la rue ont été considérés comme un problème de santé publique. Et aujourd'hui il est fréquent de voir la question abordée par les médias dans une perspective criminologique. Nous avons voulu connaître le point de vue des spécialistes de la question sur les nouvelles publiées. Nous souhaitons aussi, à travers le regard des répondants, montrer ce qui pourrait être amélioré dans la couverture du thème de la pauvreté. Nous sommes partis de l'hypothèse que les nouvelles diffusées déplaisent aux professionnels. Des entretiens semi ouverts ont été menés avec quatorze professionnels de différents médias. En outre, nous avons fait appel aux informations en ligne diffusées par les journaux *Extra* et *O Globo* pour analyser le point de vue journalistique. L'analyse des données empiriques a révélé que certains médias transmettent au public des informations sans profondeur, sans débat, sans pluralité de sources et sans criticité. Cette forme de journalisme incite à la création d'outils de diffusion alternatifs, comme les initiatives de réseautage social ou les journaux de rue, par exemple, qui sont vendus par des personnes à risque dans le monde entier. Nous avons aussi pu constater que les professionnels qui traitent quotidiennement des gens dans la rue sont en désaccord avec les stéréotypes péjoratifs diffusés par les médias, de même qu'ils proposent des moyens d'améliorer la couverture médiatique en rapport avec ces sujets.

Mots-clés : personnes en situation de rue, professionnel, journalisme, nouvelles, Rio de Janeiro.

